

A EDUCAÇÃO E A ALFABETIZAÇÃO NO PROGRAMA ALFAMAIS EM INHUMAS-GO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**EDUCATION AND LITERACY IN THE ALFAMAIS PROGRAM IN INHUMAS-GO
AND REGIONAL DEVELOPMENT**

Linguística & Letras e Artes • 10/09/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/789003789](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/789003789)

Ana Paula de Souza Lopes

Sérgio Caruso

RESUMO

O presente artigo analisa a relação entre educação, alfabetização e desenvolvimento regional a partir da implementação do Programa AlfaMais Goiás em Inhumas-GO, considerando seus reflexos nos indicadores educacionais, de 2022 a 2025. O estudo parte da compreensão de que a alfabetização ultrapassa a aprendizagem técnica da leitura e da escrita, constituindo processo fundamental para formação humana, cidadania e ampliação das capacidades sociais dos estudantes para a promoção do desenvolvimento regional. O trabalho fundamenta-se em revisão bibliográfica, análise documental relacionada ao Programa AlfaMais Goiás e interpretação qualitativa dos indicadores educacionais, IDEB, SAEGO e IDEGO-ALFA, articulando autores que discutem educação, alfabetização, políticas públicas e desenvolvimento regional, entre eles Freire (2003), Soares (2020), Furtado (2000) e Tardif (2014). O Programa AlfaMais Goiás passou a desempenhar importante papel no fortalecimento das políticas públicas voltadas à alfabetização, especialmente por meio da formação continuada docente, acompanhamento pedagógico, utilização de avaliações diagnósticas e monitoramento dos indicadores educacionais que contribuíram para ampliação das discussões relacionadas à aprendizagem, apesar que os próprios indicadores não conseguem representar integralmente a complexidade do processo educativo, uma vez que a aprendizagem envolve dimensões sociais, culturais, emocionais e humanas que ultrapassam os resultados quantitativos. Conclui-se que o fortalecimento da alfabetização representa condição essencial para promoção do desenvolvimento humano e regional, sendo indispensável a continuidade das políticas públicas educacionais, a valorização docente e o acompanhamento pedagógico permanente. Assim, o Programa AlfaMais Goiás constitui importante política pública educacional no contexto goiano, contribuindo para garantia

do direito à aprendizagem e fortalecimento da educação pública em Inhumas-GO.

Palavras-chave: Alfabetização; Programa AlfaMais Goiás; Indicadores educacionais; Desenvolvimento Regional; Inhumas-GO.

ABSTRACT

This article analyzes the relationship between education, literacy, and regional development through the implementation of the AlfaMais Goiás Program in the municipality of Inhumas, Goiás, considering its impact on educational indicators between 2022 and 2025. The study is based on the understanding that literacy goes beyond the technical acquisition of reading and writing skills, constituting a fundamental process for human development, citizenship, and the expansion of students' social capabilities, thereby contributing to regional development. The research is grounded in a bibliographic review, documentary analysis of the AlfaMais Goiás Program, and a qualitative interpretation of educational indicators, including IDEB, SAEGO, and IDEGO-ALFA. The theoretical framework is supported by authors who discuss education, literacy, public policies, and regional development, such as Freire (2003), Soares (2020), Furtado (2000), and Tardif (2014). The AlfaMais Goiás Program has played a significant role in strengthening public policies focused on literacy, particularly through continuing teacher education, pedagogical monitoring, the use of diagnostic assessments, and the monitoring of educational indicators. These actions have contributed to broadening discussions on learning outcomes, although educational indicators alone cannot fully represent the complexity of the educational process, since learning encompasses social, cultural, emotional, and human dimensions that extend beyond quantitative results. The study concludes that strengthening literacy is an essential condition

for promoting human and regional development, highlighting the need for the continuity of educational public policies, teacher appreciation, and ongoing pedagogical support. Therefore, the AlfaMais Goiás Program represents an important educational public policy within the state of Goiás, contributing to the guarantee of the right to learning and the strengthening of public education in Inhumas, Goiás.

Keywords: Education; Literacy; AlfaMais Goiás Program; Educational Indicators; Regional Development; Inhumas-GO.

A EDUCAÇÃO E A ALFABETIZAÇÃO

A educação constitui um dos principais instrumentos de transformação social, desenvolvimento humano e fortalecimento da cidadania. Ao longo da história brasileira, o acesso à escolarização ocorreu de maneira desigual, refletindo as condições econômicas, sociais e políticas presentes em diferentes contextos históricos. Nesse cenário, a alfabetização ocupa posição central, pois representa uma das etapas mais importantes da formação escolar e do desenvolvimento das habilidades relacionadas à leitura, escrita e interpretação textual.

Mais do que ensinar códigos linguísticos, alfabetizar significa possibilitar aos estudantes a construção da autonomia intelectual e da participação ativa na sociedade. Dessa forma, a aprendizagem da leitura e da escrita deve ser compreendida como prática social capaz de ampliar oportunidades educacionais, econômicas e humanas.

Nas últimas décadas, as políticas públicas educacionais passaram a atribuir maior importância aos indicadores educacionais e às avaliações externas como mecanismos de acompanhamento da

aprendizagem. Sistemas como IDEB, SAEGO e IDEGO passaram a orientar o planejamento pedagógico das redes públicas de ensino, buscando monitorar os resultados relacionados à alfabetização e ao desempenho escolar.

No estado de Goiás, esse movimento impulsionou a implementação do Programa Alfa Mais Goiás, desenvolvido em regime de colaboração entre Estado e municípios com o objetivo de fortalecer a alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O programa passou a desenvolver ações relacionadas à formação continuada de professores, acompanhamento pedagógico, monitoramento da aprendizagem e utilização de avaliações diagnósticas.

No município de Inhumas-GO, a implementação do Programa Alfa Mais tornou-se parte das estratégias voltadas à recomposição das aprendizagens e ao fortalecimento das práticas pedagógicas relacionadas à alfabetização. Entretanto, compreender os impactos dessa política pública exige analisar não apenas os resultados quantitativos das avaliações externas, mas também os fatores sociais, econômicos e pedagógicos que interferem diretamente na aprendizagem dos estudantes.

A Educação e sua importância

A educação constitui um dos principais fundamentos para organização das sociedades contemporâneas e para consolidação do desenvolvimento humano, social e econômico. Mais do que um processo voltado à transmissão de conhecimentos formais, o ensino deve ser compreendido como instrumento de emancipação social, fortalecimento da cidadania e ampliação das capacidades humanas.

Nesse sentido, o acesso à aprendizagem de qualidade representa condição indispensável para redução das desigualdades sociais e fortalecimento das oportunidades de participação econômica e política dos indivíduos.

Conforme afirma Furtado (2000, p. 45) “o desenvolvimento não se limita ao crescimento econômico, mas envolve transformações estruturais capazes de promover melhoria efetiva das condições de vida da população.” Assim, discutir educação significa discutir também desenvolvimento regional, inclusão social e democratização das oportunidades.

No Brasil, a trajetória histórica da educação pública foi marcada por profundas desigualdades sociais e regionais. Durante décadas, o acesso à escolarização ocorreu de forma restrita, especialmente para populações economicamente vulneráveis e residentes em municípios interioranos. Tal realidade contribuiu para manutenção de elevados índices de analfabetismo, exclusão social e precarização das condições de desenvolvimento humano.

Embora a Constituição Federal de 1988 tenha consolidado a educação como direito social e dever do Estado, ainda persistem desafios relacionados à permanência escolar, à qualidade da aprendizagem e à efetivação das políticas públicas educacionais. A própria Constituição estabelece, em seu artigo 205, que a educação deve visar “ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988). Entretanto, a materialização desse princípio constitucional ainda enfrenta limites estruturais no contexto brasileiro.

A relação entre educação e desenvolvimento regional torna-se ainda mais evidente quando observados os impactos sociais produzidos pela escolarização. Municípios que apresentam melhores indicadores educacionais tendem a possuir maior dinamismo econômico, fortalecimento do capital humano e melhores condições de inclusão social.

Dessa forma, a melhoria da qualidade da educação básica ultrapassa os limites da escola e passa a representar elemento estratégico para organização econômica e social das regiões. Sen (2010, p. 33), afirma que “o desenvolvimento deve ser compreendido como expansão das capacidades humanas, sendo a educação um dos principais instrumentos de fortalecimento da liberdade e da autonomia dos indivíduos.” Diante disso, o acesso ao conhecimento amplia possibilidades de participação cidadã, inserção produtiva e transformação social.

No município de Inhumas-GO, localizado na Região Metropolitana de Goiânia, a discussão acerca da educação pública assume importância significativa diante das transformações sociais e econômicas observadas nas últimas décadas. O município apresenta relevância regional associada às atividades agroindustriais, comerciais e de prestação de serviços, entretanto também convive com desigualdades sociais que impactam diretamente o cotidiano escolar e os processos de aprendizagem.

Nesse cenário, a escola pública passa a desempenhar função estratégica não apenas na formação acadêmica, mas também na promoção da cidadania e na construção de oportunidades para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

A realidade educacional de Inhumas reflete desafios presentes em diferentes municípios brasileiros de médio porte. Apesar dos avanços relacionados à ampliação do acesso escolar e à implementação de políticas públicas educacionais, ainda persistem dificuldades relacionadas à aprendizagem, à infraestrutura das escolas e ao acompanhamento pedagógico dos estudantes.

Além disso, muitos alunos convivem com situações de vulnerabilidade econômica, insegurança alimentar e limitações de acesso a recursos culturais e tecnológicos, fatores que impactam diretamente os processos de ensino e aprendizagem. Nesse contexto, compreender a educação municipal exige análise ampla das condições sociais que atravessam o cotidiano das escolas públicas.

Os impactos provocados pela pandemia da Covid-19 intensificaram significativamente os desafios educacionais em Inhumas. A suspensão das aulas presenciais ampliou desigualdades de aprendizagem e dificultou o acompanhamento pedagógico dos estudantes, especialmente daqueles matriculados nos anos iniciais da educação básica.

Crianças em processo inicial de desenvolvimento da leitura e da escrita foram diretamente afetadas pelas dificuldades de acesso às tecnologias digitais e pela ausência de acompanhamento presencial contínuo. Segundo Frigotto (2021, p. 640), “a pandemia não criou as desigualdades educacionais brasileiras, mas aprofundou fragilidades historicamente presentes no sistema público de ensino.” Em municípios como Inhumas, tais impactos tornaram-se ainda mais evidentes em razão das limitações estruturais existentes nas redes municipais.

Nesse cenário, o fortalecimento das políticas públicas educacionais tornou-se necessidade urgente. O acompanhamento pedagógico, a recomposição das aprendizagens e a formação continuada dos professores passaram a ocupar posição central no planejamento das redes municipais e estaduais de ensino. Em Inhumas, tais ações tornaram-se fundamentais para enfrentamento das dificuldades pedagógicas observadas no período pós-pandemia, sobretudo nos anos iniciais da educação básica, etapa decisiva para consolidação da aprendizagem e permanência escolar.

Além das dificuldades estruturais relacionadas ao acesso e à aprendizagem, a educação contemporânea também passou por profundas transformações associadas à ampliação das avaliações externas e dos mecanismos de monitoramento institucional. A partir das reformas educacionais implementadas nas últimas décadas, sistemas como Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e Sistema de Avaliação Educacional de Goiás (SAEGO) passaram a desempenhar papel estratégico na organização das políticas públicas educacionais. Esses indicadores passaram a orientar metas institucionais, planejamento pedagógico e distribuição de recursos educacionais.

Segundo Afonso (2021, p. 44), os mecanismos de *accountability*⁷ fortaleceram a lógica da gestão por resultados na educação pública, buscando monitorar a aprendizagem por meio de indicadores quantitativos.

Entretanto, autores críticos alertam que a centralidade excessiva nos resultados pode produzir intensificação do trabalho docente, padronização curricular e redução da autonomia pedagógica das

escolas. Freitas (2018, p. 37) argumenta que “a qualidade da educação não pode ser reduzida exclusivamente ao desempenho em avaliações externas, pois o processo educativo envolve dimensões humanas, sociais e culturais que ultrapassam os indicadores quantitativos.”

Essa discussão torna-se particularmente relevante quando analisada a realidade educacional de municípios como Inhumas, onde os desafios da aprendizagem estão diretamente relacionados às condições socioeconômicas da população e às limitações estruturais das redes públicas de ensino. A melhoria dos indicadores educacionais depende não apenas da aplicação de avaliações externas, mas também, do fortalecimento das políticas públicas; da valorização docente; do acompanhamento pedagógico contínuo; da melhoria da infraestrutura escolar; e da redução das desigualdades sociais.

Outro aspecto fundamental refere-se à valorização dos profissionais da educação. A qualidade da aprendizagem está diretamente associada às condições de trabalho docente, à formação continuada e ao suporte institucional oferecido aos professores.

Fontana (2003, p. 52) afirma que “a construção de uma escola pública democrática depende da valorização dos educadores e do reconhecimento do trabalho pedagógico como elemento central do processo formativo”. Entretanto, muitos profissionais convivem cotidianamente com sobrecarga de trabalho, intensificação burocrática e limitações estruturais que dificultam o desenvolvimento das práticas pedagógicas.

No caso de Inhumas, tais desafios tornaram-se ainda mais evidentes diante da necessidade de recomposição das aprendizagens após a pandemia. Os professores passaram a enfrentar demandas relacionadas ao acompanhamento individualizado dos estudantes; à recuperação das defasagens de aprendizagem; à ampliação das avaliações diagnósticas; à reorganização curricular; e ao fortalecimento das estratégias pedagógicas.

Além disso, a educação pública desempenha importante função social no município, especialmente em comunidades marcadas por vulnerabilidade econômica. Em muitas situações, a escola representa o principal espaço de acesso à cultura, convivência social e inclusão cidadã. Assim, o ambiente escolar torna-se também espaço de proteção social e possibilidade concreta de mobilidade econômica e transformação de trajetórias de vida.

Dessa forma, compreender a educação em Inhumas-GO exige análise ampla das condições sociais, econômicas e institucionais que atravessam o cotidiano escolar. A melhoria da qualidade da aprendizagem depende da construção de políticas públicas permanentes voltadas ao fortalecimento do ensino público; à valorização docente; à redução das desigualdades sociais; à garantia do direito à aprendizagem; e à promoção do desenvolvimento regional sustentável.

Assim, a educação deve ser compreendida não apenas como política pública setorial, mas como elemento estruturante do desenvolvimento humano, da cidadania e da transformação social.

A Alfabetização e a aprendizagem

A alfabetização representa uma das etapas mais importantes da educação básica, pois corresponde ao início da consolidação das habilidades relacionadas à leitura, à escrita e à interpretação textual.

Entretanto, reduzir a alfabetização à simples aprendizagem do sistema alfabético significa limitar a complexidade desse processo educativo e desconsiderar sua dimensão humana, social e cultural. Alfabetizar implica possibilitar aos estudantes compreender o mundo, interpretar diferentes realidades e desenvolver capacidades fundamentais para participação crítica na sociedade.

Nesse sentido, a alfabetização ultrapassa a dimensão técnica da leitura e da escrita, assumindo papel central no desenvolvimento humano e social. É durante os anos iniciais da escolarização que as crianças constroem competências cognitivas, linguísticas e sociais que irão influenciar toda a trajetória educacional posterior. As dificuldades não superadas nessa etapa tendem a refletir nos anos seguintes da educação básica, comprometendo o desempenho escolar, a permanência na escola e as oportunidades de desenvolvimento dos estudantes.

Historicamente, o processo de alfabetização no Brasil esteve associado a práticas pedagógicas centradas na memorização, repetição de sílabas e reprodução mecânica de conteúdos. Durante muitos anos, o ensino da leitura e da escrita ocorreu de maneira descontextualizada, desconsiderando as experiências sociais e culturais vivenciadas pelas crianças em seus diferentes contextos de vida.

A alfabetização era compreendida predominantemente como domínio técnico da linguagem escrita, reduzindo a participação

ativa do estudante no processo de aprendizagem.

As discussões educacionais contemporâneas passaram, entretanto, a compreender que a aprendizagem da leitura e da escrita ocorre de maneira mais significativa quando vinculada às práticas sociais da linguagem. Sob essa perspectiva, alfabetizar não significa apenas ensinar códigos linguísticos, mas possibilitar que os estudantes compreendam os sentidos da escrita e utilizem a linguagem como instrumento de participação social, comunicação e construção do conhecimento.

Soares (2020) destaca que alfabetização e letramento constituem processos complementares e indissociáveis. Enquanto a alfabetização refere-se à apropriação do sistema alfabético e das convenções da escrita, o letramento envolve a capacidade de utilizar a leitura e a escrita nas diferentes práticas sociais.

Dessa forma, a criança não deve apenas aprender a decodificar palavras, mas desenvolver competências relacionadas à compreensão, interpretação e produção de sentidos em diferentes contextos sociais.

Essa compreensão amplia o papel da escola e fortalece a necessidade de construção de práticas pedagógicas mais humanizadas e contextualizadas. O processo educativo torna-se mais significativo quando os estudantes conseguem estabelecer relações entre os conteúdos escolares e as experiências vivenciadas em seus contextos familiares, sociais e culturais. A alfabetização, portanto, deve dialogar com a realidade concreta das crianças, reconhecendo suas vivências, saberes e formas de participação social.

Freire (2003) contribui significativamente para essa reflexão de forma a considerar que a leitura do mundo precede a leitura da palavra. Para o autor, alfabetizar significa possibilitar aos sujeitos compreender criticamente a realidade em que vivem, desenvolvendo autonomia intelectual e consciência social.

Desse modo, ensinar a ler e escrever não pode limitar-se à repetição mecânica de conteúdos, mas deve contribuir para formação de sujeitos críticos, conscientes e participativos.

Sob essa perspectiva, a alfabetização deve ser compreendida como prática social capaz de fortalecer a cidadania e ampliar as possibilidades de participação dos sujeitos na sociedade. Quando a criança aprende a ler e escrever de maneira significativa, amplia-se também sua capacidade de compreender informações, acessar conhecimentos, participar das relações sociais e construir novas oportunidades de desenvolvimento humano.

Ferreiro e Teberosky (1999), ao discutirem a psicogênese da língua escrita, demonstram que a criança participa ativamente da construção do conhecimento sobre a escrita. As autoras evidenciam que os estudantes formulam hipóteses sobre o funcionamento do sistema alfabético antes mesmo de dominar formalmente a leitura e a escrita. Dessa forma, a aprendizagem deixa de ser compreendida como simples transmissão de conteúdos e passa a ser entendida como construção ativa do conhecimento.

Essa concepção modifica profundamente a prática pedagógica relacionada à alfabetização. O erro, por exemplo, deixa de ser interpretado apenas como falha e passa a representar parte importante do desenvolvimento cognitivo da criança. O processo de

alfabetização exige, portanto, acompanhamento pedagógico contínuo, escuta sensível e compreensão das diferentes formas pelas quais os estudantes constroem conhecimentos sobre a linguagem escrita.

Vigotski (2017) também contribui para essa compreensão que o desenvolvimento cognitivo ocorre por meio das interações sociais estabelecidas entre os sujeitos em seus contextos culturais. Para o autor, a aprendizagem não acontece de maneira isolada, mas se desenvolve a partir das relações sociais, da mediação pedagógica e das experiências vivenciadas pelas crianças no ambiente escolar e familiar.

Essa discussão torna-se especialmente importante ao analisar a realidade das escolas públicas municipais, onde os processos de aprendizagem sofrem influência direta das desigualdades sociais e das condições econômicas vivenciadas pelas famílias.

Em municípios como Inhumas-GO, os desafios relacionados à alfabetização estão profundamente associados às condições sociais, culturais e institucionais presentes no cotidiano escolar.

A realidade educacional de Inhumas evidencia dificuldades relacionadas à aprendizagem da leitura e da escrita, especialmente após os impactos provocados pela pandemia da COVID-19. O período de ensino remoto intensificou desigualdades educacionais já existentes e comprometeu significativamente o desenvolvimento das habilidades básicas de alfabetização nos anos iniciais da educação básica.

Muitas crianças retornaram às salas de aula apresentando dificuldades relacionadas à fluência leitora, interpretação textual,

produção escrita e reconhecimento do sistema alfabético. Em diversos casos, observou-se comprometimento das habilidades fundamentais de aprendizagem, exigindo reorganização curricular, fortalecimento do acompanhamento pedagógico e ampliação das estratégias de recomposição das aprendizagens.

Frigotto (2021) afirma que a pandemia não criou as desigualdades educacionais brasileiras, mas aprofundou problemas historicamente presentes na educação pública. Os estudantes em situação de vulnerabilidade social foram os mais afetados pelas limitações de acesso às tecnologias digitais, ausência de acompanhamento escolar contínuo e dificuldades relacionadas às condições de estudo fora do ambiente escolar.

Nesse contexto, a alfabetização passou a ocupar posição central nas discussões relacionadas à recomposição das aprendizagens. As redes públicas de ensino precisaram reorganizar práticas pedagógicas, fortalecer avaliações diagnósticas e desenvolver estratégias capazes de atender às necessidades específicas dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Além disso, a fluência leitora passou a assumir papel relevante nas discussões relacionadas à alfabetização. A leitura fluente não se limita à velocidade de decodificação das palavras, mas envolve compreensão, interpretação e construção de sentidos. Crianças que apresentam dificuldades relacionadas à fluência leitora tendem a enfrentar maiores obstáculos no desenvolvimento das competências relacionadas à interpretação textual, produção escrita e aprendizagem das demais áreas do conhecimento.

Segundo Medeiros, Manfré e Shimazaki (2024), a fluência em leitura constitui elemento fundamental para consolidação da compreensão textual e desenvolvimento das habilidades cognitivas relacionadas à aprendizagem escolar.

Dessa forma, o acompanhamento da fluência leitora tornou-se importante estratégia de monitoramento da alfabetização nas redes públicas de ensino.

No município de Inhumas-GO, os desafios relacionados à fluência leitora tornaram-se mais evidentes após a pandemia. Muitos estudantes apresentaram dificuldades relacionadas à leitura oral, compreensão textual e desenvolvimento das habilidades básicas de alfabetização, exigindo maior acompanhamento pedagógico e reorganização das práticas educativas.

Nesse cenário, o professor alfabetizador assume papel central na construção das práticas pedagógicas voltadas à aprendizagem da leitura e da escrita. A alfabetização exige planejamento contínuo, acompanhamento individualizado e desenvolvimento de estratégias capazes de atender às diferentes necessidades apresentadas pelos estudantes.

Tardif (2014) afirma que os saberes docentes são construídos ao longo das experiências vivenciadas pelos professores no cotidiano escolar, articulando conhecimentos acadêmicos, experiências profissionais e relações sociais. Assim, a prática pedagógica do professor alfabetizador não depende apenas da formação inicial, mas também das experiências construídas ao longo da atuação profissional.

Nóvoa (1995) reforça que a formação continuada constitui elemento essencial para fortalecimento das práticas pedagógicas e reorganização do trabalho docente diante das transformações sociais e educacionais contemporâneas. Em contextos marcados por dificuldades de aprendizagem e desigualdades educacionais, torna-se indispensável garantir espaços de formação, reflexão e acompanhamento pedagógico aos professores alfabetizadores.

No contexto de Inhumas-GO, os desafios relacionados à alfabetização evidenciam a necessidade de fortalecimento permanente das políticas públicas educacionais e das ações voltadas à formação docente. A recomposição das aprendizagens após a pandemia demonstrou que o acompanhamento pedagógico contínuo e o fortalecimento das práticas educativas tornam-se fundamentais para garantia do direito à aprendizagem.

Além disso, os indicadores educacionais passaram a assumir papel significativo no monitoramento da alfabetização. Avaliações como IDEB, SAEGO e IDEGO passaram a orientar parte do planejamento educacional das redes públicas de ensino, permitindo acompanhar os resultados relacionados à aprendizagem e identificar dificuldades presentes nas escolas municipais.

Entretanto, compreender a alfabetização apenas por meio de resultados quantitativos representa visão limitada do processo educativo. A aprendizagem da leitura e da escrita envolve aspectos cognitivos, emocionais, culturais e sociais que ultrapassam os índices produzidos pelas avaliações externas.

Freitas (2018) ressalta que a qualidade da educação não pode ser reduzida exclusivamente aos resultados das avaliações

padronizadas, pois o processo educativo envolve múltiplas dimensões relacionadas à formação humana e social dos estudantes. Dessa forma, os indicadores educacionais precisam ser interpretados de maneira crítica e contextualizada, considerando as desigualdades sociais e as condições concretas vivenciadas pelas escolas públicas.

No município de Inhumas-GO, os dados relacionados ao IDEB demonstram diferenças significativas entre as unidades escolares da rede municipal. Algumas escolas apresentaram avanços importantes nos indicadores relacionados à aprendizagem, enquanto outras continuam enfrentando dificuldades relacionadas ao desempenho educacional. Essa realidade evidencia que a aprendizagem não ocorre de maneira homogênea e sofre influência direta das condições sociais, econômicas e estruturais presentes no contexto escolar.

Os documentos técnicos do SAEGO também destacam que estudantes inseridos em ambientes escolares organizados e pedagogicamente estruturados tendem a apresentar melhores níveis de desempenho educacional. Além disso, fatores relacionados ao nível socioeconômico, acompanhamento familiar e condições institucionais interferem diretamente no processo de aprendizagem.

Nesse sentido, a alfabetização possui relação direta com o desenvolvimento humano e regional. Quando a criança desenvolve habilidades relacionadas à leitura, escrita e interpretação textual, ampliam-se também suas possibilidades de continuidade dos estudos, participação social e inserção cidadã.

Sen (2010) compreende o desenvolvimento como expansão das capacidades humanas e das liberdades individuais. Nessa perspectiva, a alfabetização constitui elemento fundamental do desenvolvimento, pois fortalece capacidades cognitivas, sociais e culturais indispensáveis à participação ativa dos sujeitos na sociedade.

Dessa forma, compreender a alfabetização em Inhumas-GO exige análise ampla das condições sociais, pedagógicas e institucionais presentes na realidade escolar do município. A melhoria da aprendizagem depende da articulação entre políticas públicas educacionais, formação docente, acompanhamento pedagógico, fortalecimento das práticas educativas e redução das desigualdades sociais.

Assim, a alfabetização deve ser compreendida não apenas como aprendizagem técnica da leitura e da escrita, mas como processo essencial de formação humana, desenvolvimento social e fortalecimento da cidadania e, também, através de programas educacionais.

Programa Alfa Mais

As discussões relacionadas à alfabetização passaram a ocupar posição estratégica nas políticas públicas educacionais brasileiras, especialmente diante dos desafios históricos relacionados à aprendizagem da leitura e da escrita nos anos iniciais da educação básica.

A ampliação das avaliações externas, o monitoramento dos indicadores educacionais e a necessidade de enfrentamento das desigualdades escolares impulsionaram a criação de programas

voltados ao fortalecimento da alfabetização nas redes públicas de ensino.

No estado de Goiás, esse movimento resultou na implementação do Programa AlfaMais Goiás, instituído pela Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) como política pública voltada à melhoria da aprendizagem e ao fortalecimento das práticas pedagógicas relacionadas à alfabetização.

Conforme as Diretrizes Pedagógicas e Operacionais do Programa AlfaMais Goiás (2022), a proposta busca desenvolver ações articuladas entre Estado e redes municipais de ensino, promovendo formação continuada docente, acompanhamento pedagógico, avaliações diagnósticas e monitoramento da aprendizagem.

A criação do programa está diretamente relacionada à necessidade de enfrentamento das dificuldades educacionais observadas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, sobretudo no que se refere aos baixos índices relacionados à leitura, escrita e interpretação textual.

Além disso, os impactos provocados pela pandemia da COVID-19 intensificaram desigualdades já existentes na educação pública, tornando ainda mais evidente a necessidade de fortalecimento das políticas educacionais voltadas à alfabetização.

Nesse contexto, o Programa AlfaMais Goiás passou a assumir papel importante na reorganização das práticas pedagógicas desenvolvidas pelas redes públicas de ensino. O programa busca garantir o direito à aprendizagem por meio do acompanhamento contínuo das turmas de alfabetização, fortalecimento da fluência leitora e ampliação das ações voltadas à formação dos professores alfabetizadores.

As Diretrizes Pedagógicas e Operacionais do AlfaMais Goiás (2022) destacam que a alfabetização deve ser compreendida como processo amplo de desenvolvimento da aprendizagem, envolvendo não apenas o domínio técnico da escrita, mas também competências relacionadas à interpretação textual, produção escrita e participação social. Essa perspectiva aproxima-se das discussões contemporâneas sobre alfabetização e letramento, compreendendo a linguagem como prática social e elemento fundamental da formação humana.

Ao analisar a estrutura do Programa AlfaMais Goiás, percebe-se que a proposta está organizada em diferentes eixos de atuação, entre eles, formação continuada docente; monitoramento da aprendizagem; fortalecimento da fluência leitora; avaliações diagnósticas; acompanhamento pedagógico; reorganização curricular; e incentivo às boas práticas educacionais.

A formação continuada dos professores alfabetizadores constitui um dos principais pilares do programa. Isso ocorre porque o professor ocupa posição central no desenvolvimento da aprendizagem, atuando diretamente no acompanhamento das dificuldades apresentadas pelos estudantes e na construção das estratégias pedagógicas voltadas à alfabetização.

Ferreira (2025), ao analisar a formação continuada dos professores alfabetizadores no território goiano, destaca que o Programa AlfaMais contribuiu para reorganização do planejamento pedagógico e fortalecimento das práticas educativas relacionadas à alfabetização. Segundo a autora, as ações formativas desenvolvidas pelo programa favorecem a reflexão crítica sobre a prática docente e

ampliam as possibilidades de intervenção pedagógica diante das dificuldades de aprendizagem observadas nas salas de aula.

Nessa perspectiva, a formação continuada deixa de ser compreendida apenas como atualização técnica e passa a representar espaço de reflexão, construção coletiva e fortalecimento do trabalho pedagógico. A alfabetização exige acompanhamento contínuo, planejamento sensível e compreensão das diferentes formas pelas quais os estudantes constroem conhecimentos relacionados à leitura e à escrita.

Tardif (2014) afirma que os saberes docentes são construídos ao longo da experiência profissional, articulando conhecimentos acadêmicos, experiências pedagógicas e relações sociais vivenciadas no cotidiano escolar. Dessa forma, a atuação do professor alfabetizador não depende apenas da formação inicial, mas também das experiências construídas no exercício da prática pedagógica.

Nóvoa (1995) também destaca que a formação docente constitui processo permanente de desenvolvimento profissional. Para o autor, os professores aprendem continuamente a partir das experiências vivenciadas na escola, do diálogo com outros profissionais e da reflexão crítica sobre os desafios presentes no cotidiano educacional.

No contexto do Programa AlfaMais Goiás, as formações pedagógicas procuram fortalecer as práticas educativas desenvolvidas nas turmas de alfabetização, ampliando discussões relacionadas à fluência leitora, recomposição das aprendizagens e utilização de avaliações diagnósticas. Os manuais de implementação técnica e práticas pedagógicas estruturadas orientam os professores sobre estratégias

metodológicas voltadas ao desenvolvimento da leitura, escrita e interpretação textual.

Além disso, o programa também estabelece articulação com o Documento Curricular para Goiás (DC-GO, 2018), buscando alinhar as práticas pedagógicas das redes municipais às competências e habilidades previstas para os anos iniciais do Ensino Fundamental. O DC-GO orienta o planejamento curricular das escolas públicas goianas e fortalece a organização das práticas relacionadas à alfabetização e letramento.

Outro aspecto importante refere-se à utilização dos indicadores educacionais como instrumentos de monitoramento da aprendizagem. O Programa AlfaMais Goiás articula suas ações aos resultados relacionados ao IDEB, IDEGO-ALFA e SAEGO, buscando identificar dificuldades educacionais e reorganizar estratégias pedagógicas voltadas à alfabetização.

O IDEGO-ALFA passou a ocupar posição relevante nas políticas públicas educacionais goianas, funcionando como indicador voltado ao acompanhamento da aprendizagem nos anos iniciais da educação básica.

A Relação Nominal dos Municípios Goianos IDEGO-ALFA 2024 evidencia a importância atribuída ao monitoramento dos resultados relacionados à alfabetização e ao desempenho das redes públicas de ensino.

Entretanto, embora os indicadores educacionais sejam importantes instrumentos de acompanhamento das políticas públicas, é necessário compreender seus limites. A aprendizagem não pode ser reduzida exclusivamente aos resultados quantitativos das avaliações

externas, pois envolve múltiplos fatores relacionados às condições sociais, emocionais, culturais e pedagógicas vivenciadas pelos estudantes.

Freitas (2018) ressalta que a centralidade excessiva das avaliações padronizadas pode produzir visão limitada da qualidade educacional, reduzindo a aprendizagem a metas quantitativas e desconsiderando as desigualdades sociais presentes no cotidiano escolar. Nesse sentido, os indicadores precisam ser interpretados de maneira crítica e contextualizada.

Ao analisar a realidade educacional de Inhumas-GO, percebe-se que os desafios relacionados à alfabetização estão diretamente associados às desigualdades sociais, às dificuldades estruturais das escolas públicas e aos impactos provocados pela pandemia da COVID-19. Muitas crianças retornaram às salas de aula apresentando dificuldades relacionadas à fluência leitora, interpretação textual, produção escrita e reconhecimento do sistema alfabético.

Inhumas, localizado na Região Metropolitana de Goiânia, apresenta crescimento associado às atividades comerciais, agroindustriais e de prestação de serviços. Entretanto, assim como outras cidades brasileiras, ainda convive com desigualdades sociais que interferem diretamente na realidade educacional e nas condições de aprendizagem dos estudantes da rede pública.

Nesse contexto, a escola pública desempenha papel fundamental na garantia do direito à educação e na ampliação das oportunidades de desenvolvimento humano e social. Muitas crianças inseridas na rede de ensino enfrentam dificuldades relacionadas ao acesso à

cultura letrada, limitações socioeconômicas e ausência de acompanhamento pedagógico contínuo no ambiente familiar.

O Programa AlfaMais Goiás passou a assumir posição importante dentro da rede pública de ensino local, especialmente no fortalecimento das ações relacionadas à formação continuada docente e acompanhamento pedagógico das turmas de alfabetização.

As formações pedagógicas desenvolvidas pelo programa contribuíram para ampliação das discussões relacionadas à fluência leitora, utilização de avaliações diagnósticas e acompanhamento individualizado dos estudantes. Os professores alfabetizadores passaram a contar com orientações pedagógicas mais sistematizadas relacionadas ao planejamento educacional e monitoramento da aprendizagem.

Segundo Medeiros, Manfré e Shimazaki (2024), a fluência em leitura constitui importante indicador relacionado ao desenvolvimento da compreensão textual e das habilidades cognitivas da aprendizagem. Crianças que apresentam dificuldades relacionadas à fluência leitora tendem a enfrentar maiores obstáculos no desenvolvimento das competências relacionadas à interpretação, produção escrita e resolução de problemas.

Em Inhumas-GO, as dificuldades relacionadas à fluência leitora tornaram-se mais evidentes após a pandemia, exigindo acompanhamento pedagógico contínuo e reorganização das práticas educativas desenvolvidas pelas escolas públicas.

Ao mesmo tempo, o Programa AlfaMais Goiás também passou a incentivar práticas de monitoramento da aprendizagem e

reconhecimento das redes de ensino que apresentam avanços nos indicadores relacionados à alfabetização. Entre essas iniciativas destaca-se a Lista Prêmio LEIA-AlfaMais, desenvolvida como estratégia de incentivo às boas práticas pedagógicas e fortalecimento da aprendizagem.

Sen (2010) compreende o desenvolvimento como expansão das capacidades humanas e das liberdades individuais. Sob essa perspectiva, a alfabetização representa elemento fundamental do desenvolvimento humano, pois amplia possibilidades de participação social, continuidade dos estudos e inserção cidadã.

Celso Furtado (2000) também afirma que o desenvolvimento regional depende da redução das desigualdades sociais e fortalecimento das oportunidades humanas. Dessa forma, investir em alfabetização significa investir no desenvolvimento social, econômico e educacional das comunidades.

Ao relacionar alfabetização e desenvolvimento regional, percebe-se que o fortalecimento das políticas públicas educacionais ultrapassa os limites dos indicadores quantitativos e das avaliações externas. A melhoria da aprendizagem nos anos iniciais da educação básica contribui para ampliação das oportunidades sociais, fortalecimento da cidadania e redução das desigualdades historicamente presentes na sociedade brasileira.

Assim, o Programa AlfaMais Goiás representa importante política pública voltada ao fortalecimento da alfabetização, formação docente e acompanhamento pedagógico. Sua implementação em Inhumas-GO contribuiu para ampliar as discussões relacionadas à aprendizagem, recomposição das aprendizagens e garantia do

direito à educação pública de qualidade, evidenciando que alfabetizar significa também promover desenvolvimento humano, inclusão social e fortalecimento das capacidades humanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão da educação e a alfabetização como papéis estratégicos no desenvolvimento humano, social e regional, especialmente quando analisadas a partir das políticas públicas voltadas aos anos iniciais da educação básica, e a investigação do Programa AlfaMais Goiás e sua relação com os indicadores educacionais em Inhumas-GO, fica evidente que alfabetizar ultrapassa a dimensão técnica da leitura e da escrita, constituindo um processo fundamental para formação cidadã, ampliação das capacidades humanas e fortalecimento das oportunidades sociais.

Os desafios educacionais brasileiros permanecem diretamente associados às desigualdades sociais, às limitações estruturais das escolas públicas e às dificuldades históricas relacionadas ao acesso à aprendizagem de qualidade. Em Inhumas-GO, esses fatores tornaram-se ainda mais visíveis após os impactos provocados pela pandemia da COVID-19, período que intensificou fragilidades já existentes e comprometeu significativamente o desenvolvimento das habilidades relacionadas à leitura, interpretação textual e produção escrita.

Diante desse cenário, verificou-se que o Programa AlfaMais Goiás passou a desempenhar importante função no fortalecimento das ações pedagógicas relacionadas à alfabetização.

As estratégias voltadas à formação continuada docente, ao acompanhamento pedagógico e à utilização de avaliações

diagnósticas contribuíram para reorganização das práticas educativas e ampliação das discussões relacionadas à recomposição das aprendizagens nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Outro aspecto relevante, refere-se ao papel desempenhado pelos professores alfabetizadores. A atuação docente mostrou-se essencial para consolidação das práticas de leitura e escrita, sobretudo em contextos marcados por desigualdades sociais e dificuldades de aprendizagem.

O trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas públicas exige sensibilidade, planejamento, acompanhamento contínuo e construção de estratégias capazes de atender às diferentes realidades vivenciadas pelos estudantes. Nesse sentido, a valorização profissional e a formação continuada tornam-se elementos indispensáveis para fortalecimento da qualidade educacional.

Os indicadores educacionais, como IDEB, SAEGO e IDEGO-ALFA, possuem relevância no acompanhamento das políticas públicas e no monitoramento da aprendizagem. Entretanto, os resultados quantitativos das avaliações externas não conseguem representar integralmente a complexidade do processo educativo, uma vez que a formação escolar envolve dimensões sociais, culturais, emocionais e humanas que ultrapassam os índices estatísticos.

Ao relacionar alfabetização e desenvolvimento regional, observou-se que o fortalecimento das competências relacionadas à leitura e à escrita contribui diretamente para ampliação das capacidades humanas, fortalecimento da cidadania e construção de oportunidades sociais. Crianças alfabetizadas de maneira significativa ampliam suas possibilidades de continuidade dos

estudos, participação social e inserção cidadã, fortalecendo também as condições de desenvolvimento coletivo.

Investir na alfabetização significa contribuir para o desenvolvimento humano e social. A melhoria da educação pública depende da continuidade das políticas educacionais, da valorização docente, do acompanhamento pedagógico permanente e da redução das desigualdades sociais que atravessam o cotidiano escolar.

No caso de Inhumas-GO, os desafios relacionados à aprendizagem evidenciam a necessidade de fortalecimento permanente das ações voltadas à formação docente, recomposição das aprendizagens e garantia do direito à educação de qualidade. Mais do que elevar indicadores educacionais, torna-se necessário construir políticas públicas comprometidas com a formação integral dos estudantes e com a transformação social produzida pela educação.

Conclui-se, portanto, que o Programa AlfaMais Goiás representa importante política pública no contexto educacional goiano, especialmente por fortalecer o regime de colaboração entre Estado e redes municipais de ensino que dependem da articulação entre gestão educacional, práticas pedagógicas humanizadas, valorização profissional e enfrentamento das desigualdades sociais ainda presentes na realidade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Almerindo Janela. Avaliação educacional: regulação e emancipação. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

AFONSO, Almerindo Janela. Educação, políticas públicas e accountability. Lisboa: Edições Pedago, 2021.

BORTOLAZZO, André. Plataformização e neoliberalismo na educação básica. Porto Alegre: Editora Crítica, 2022.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [Planalto – Constituição Federal de 1988](#). Acesso em: 02 jun. 2026.

FERREIRA, Weslene Martins da Silva. Formação continuada dos professores alfabetizadores no território goiano: o Programa Alfamaís Goiás. 2025. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Goiânia, 2025.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FONTANA, Roseli. A formação de professores e a divisão do trabalho escolar. Campinas: Autores Associados, 2003.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 87. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FREITAS, Luiz Carlos de. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Pandemia, mercantilização da educação e resistências populares. Germinal: marxismo e educação em debate, Salvador, v. 13, n. 1, p. 636–652, 2021.

FURTADO, Celso. Introdução ao desenvolvimento. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GOIÁS. Controladoria-Geral do Estado. Relação Nominal dos Municípios Goianos – IDEGO-ALFA 2024. Goiânia: CGE-GO, 2024.

GOIÁS. Lei nº 21.073, de 9 de agosto de 2021. Institui o Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás – SAEGO, cria o Programa de Incentivo à Alfabetização – LEIA e dá outras providências. Goiânia: Diário Oficial do Estado de Goiás, 2021.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação. Calendário Letivo e Diretrizes da Rede Pública de Ensino. Disponível em: [SEDUC Goiás – Calendário Letivo](#). Acesso em: 02 jun. 2026.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação. DC-GO: Documento Curricular para o Estado de Goiás – Educação Infantil e Ensino Fundamental. Disponível em: [SEDUC Goiás – DC-GO](#). Acesso em: 02 jun. 2026.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação. Leis, Decretos e Regulamentações do Programa AlfaMais Goiás. Disponível em: [SEDUC Goiás – Regulamentações AlfaMais](#). Acesso em: 02 jun. 2026.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação. Manuais de Implementação Técnica e Práticas Pedagógicas Estruturadas AlfaMais. Disponível em: [SEDUC Goiás – Manuais AlfaMais](#). Acesso em: 02 jun. 2026.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação. Material de Divulgação e Critérios de Elegibilidade da Lista Prêmio LEIA-AlfaMais. Disponível em: [SEDUC Goiás – Lista Prêmio LEIA-AlfaMais](#). Acesso em: 02 jun. 2026.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação. Programa AlfaMais Goiás: Diretrizes Pedagógicas e Operacionais. Goiânia: SEDUC-GO, 2022.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação. Projeto de Curso do Programa AlfaMais Goiás: Planejamento docente e de gestão no processo de alfabetização. Goiânia: Seduc-GO, 2024.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Indicadores Educacionais e IDEB. Brasília: MEC/INEP, 2024.

LIBÂNEO, José Carlos; FREITAS, Raquel A. M. Madeira; SILVA, Eliane. Políticas educacionais baseadas em resultados e seu impacto na qualidade do ensino: a visão de professores e gestores sobre a reforma educacional no estado de Goiás. In: LIBÂNEO, José Carlos; FREITAS, Raquel A. M. Madeira (orgs.). Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação escolar. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2018. p. 88-130.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

MEDEIROS, Fábila Cristina Morteau de; MANFRÉ, Ademir Henrique; SHIMAZAKI, Elsa Midorei. Avaliação da fluência em leitura: análise e discussão para a escola atual. Revista Educação e Formação, Fortaleza, v. 9, n. 1, p. 112-135, jan./abr. 2024.

NÓVOA, António (Org.). Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. Campinas: Autores Associados, 2007.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise e casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2021.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 2020.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. CAEd. SAEGO 2023 – Revista Contextual: Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás. Juiz de Fora: CAEd/UFJF, 2023. ISSN 2238-0086.

VIGOTSKI, Lev. Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores. Buenos Aires: Colihue, 2017.

ZANATA, Larissa. Hiperburocratização e padronização curricular na educação digital. Curitiba: Appris, 2024.

¹ Conceito amplamente utilizado na administração pública e nas políticas educacionais para designar mecanismos de prestação de contas, responsabilização e transparência, pelos quais gestores e instituições devem demonstrar e justificar seus resultados perante a sociedade e os órgãos de controle.